



António João Cruz

OPINIÃO **PINTURA**

O que podem os conservadores-restauradores fazer nos *Painéis de São Vicente*?

A carta aberta é assinada por um conjunto de personalidades que, por muito respeitáveis que sejam nas suas áreas de actuação, julgo não terem qualquer conhecimento da Conservação e Restauro e dos seus princípios, e nela vejo ideias sobre essa disciplina que, suponho, arrepiam qualquer pessoa de alguma forma a ela ligada profissionalmente.

29 de Maio de 2020, 15:48



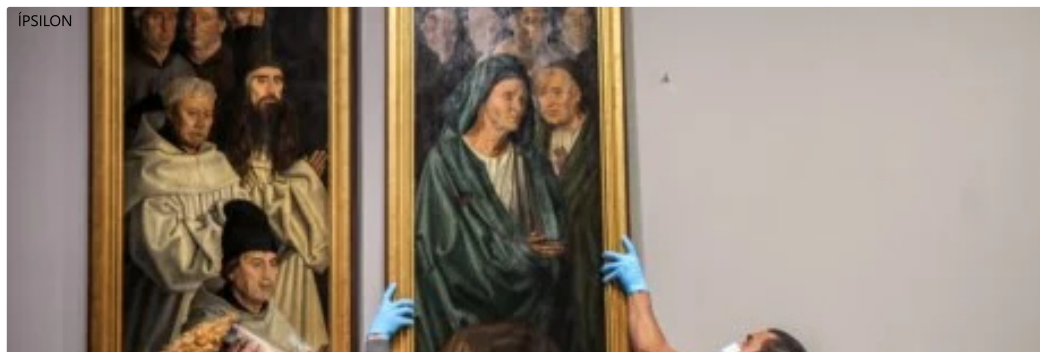
Susana Campos, conservadora-restauradora do Museu de Arte Antiga, chama a atenção para uma parte da pintura em que é visível a degradação da intervenção anterior DANIEL ROCHA

Acabei de ler a “[Carta aberta sobre a integridade patrimonial dos Painéis de S. Vicente de Fora](#)”, assinada por um conjunto de personalidades que, por muito respeitáveis que sejam nas suas áreas de actuação, julgo não terem qualquer conhecimento da Conservação e Restauro e dos seus princípios, e nela vejo ideias sobre essa disciplina que, suponho, arrepiam qualquer pessoa de alguma forma ligada profissionalmente à mesma. Infelizmente, não é nova nem rara essa perspectiva, mas este caso sobressai pela solenidade e notabilidade da manifestação que, por isso mesmo, ao contrário de outras, não pode simplesmente ser ignorada.

Directa ou indirectamente, já estive duas vezes envolvido no estudo material dos *Painéis* (em 1993-1996 e 2008-2012), mas isso é irrelevante para o caso.

Da mesma forma é irrelevante o que acho sobre as marcas onde alguns vêem uma assinatura e uma data e outros vêem motivos meramente decorativos. E, já agora, nada tenho a ver com a iniciativa que suscitou a carta. O que me incomoda e, julgo, incomodará qualquer conservador-restaurador é a imagem que este documento dá da Conservação e Restauro e o estatuto que lhe atribui.

Antes de mais, parece que voltámos um século atrás: é referida a restauração e os restauradores, tal como no tempo de Luciano Freire ou José de Figueiredo, quando, hoje – aliás, já há algumas décadas –, a disciplina em Portugal não é a Restauração (termo que com este significado deixou de ser usado em meados do século XX), nem mesmo o Restauro, mas, sim, a Conservação e Restauro e o profissional é o conservador-restaurador. Não se trata de mero preciosismo semântico, mas de identificar o objectivo imediato de uma intervenção: em primeiro lugar, conservar, isto é, manter o que for possível e, só quando verdadeiramente indispensável, seguindo um princípio de intervenção mínima, restaurar, isto é, reparar os danos – e exclusivamente esses – que põem em causa a transmissão da obra às gerações futuras.



Esse recuo no tempo, no entanto, não é suficiente e é necessário ir mais para trás para tornar válida a afirmação de que “o *ethos* actual da restauração de pinturas antigas a óleo autoriza os restauradores a repintarem o quadro baseando-se em princípios que excluem o respeito pela obra a restaurar”. Ainda antes de Luciano Freire iniciar a sua actividade, já em 1885, no primeiro manual português sobre o assunto, Manuel de Macedo escrevia que “a primeira condição que deve observar o artista consciencioso quando tem de proceder ao retoque de um quadro, é poupar com o máximo escrúpulo até aos limites do possível os

pormenores da primitiva pintura. O retoque deve apenas empregar-se nos pontos em que haja faltas de tinta, – e nesses, ainda assim, com muita parcimónia”. No presente, quando qualquer conservador-restaurador rejeita em absoluto ser um artista, a situação é indiscutível e o respeito pela obra e a sua história é o princípio do qual derivam todos os outros.

Segundo este documento, também parece que a Conservação e Restauro não requer competências próprias e, portanto, qualquer um, independentemente da sua formação e actividade profissional, está em condições de validamente propor os procedimentos a seguir numa intervenção. Ora, uma coisa é discutir-se as implicações para a sociedade dos princípios de uma disciplina; outra, completamente diferente, é, de fora, decidir-se onde se deve ou não mexer. Imagine-se o que seria aplicar noutras áreas a metodologia estabelecida por esta carta: será que alguém se lembraria de vir para os jornais dizer o que é que uma equipa médica deve ou não cortar numa determinada cirurgia, por mais famoso que seja o paciente?



Além disso, não tem fundamento a afirmação de que os conservadores-restauradores “são simultaneamente historiadores de arte e directores de museu”. Conservador-restaurador, de acordo com os princípios da disciplina e as recomendações internacionais, é apenas quem possui formação superior de, pelo menos, cinco anos especificamente em Conservação e Restauro (os pormenores estão disponíveis em <http://www.encore-edu.org>, designadamente em “E.C.C.O. Professional Guidelines”), da mesma forma que somente é médico quem adquiriu determinada formação. É claro que se pode ter formação em mais do que uma área, mas conservadores-restauradores que actualmente são directores de museus não me ocorre nenhum e os conservadores-restauradores que conheço que

igualmente têm habilitações em História da Arte, ainda que aproveitem essa situação, não confundem as profissões e é apenas com base nos princípios da Conservação e Restauro que intervêm numa obra.

É evidente que aquilo que está em causa numa intervenção como esta é demasiado complexo para ser decidido com base em critérios apenas técnicos ou para ser deixado ao livre-arbítrio dos conservadores-restauradores. Mas isto é uma trivialidade para os conservadores-restauradores, que não são técnicos, nem meros executantes de indiferenciados procedimentos manuais. Antes de chegarem à intervenção propriamente dita, que é apenas a etapa final de um longo processo, têm que apresentar uma proposta, sujeita a discussão e aprovação, baseada no conhecimento material que só o contacto directo com a obra e os métodos de exame e análise proporcionam, nos princípios éticos da Conservação e Restauro e nos valores materiais e imateriais da obra estabelecidos por uma equipa multidisciplinar que, *inter pares*, naturalmente, integram.



Sobre isto, uma interessante leitura, adequada a leigos e a especialistas, é o livro *Conservation Treatment Methodology*, de Barbara Appelbaum.

Como comentário final, mas marginal relativamente à questão de fundo, noto que a grande preocupação dos subscritores da carta, a de que o “inesperado restauro é susceptível de ser afinal a repintura de um elemento decisivo da nossa iconografia”, é deitada por terra pela citação de José de Figueiredo usada para ilustrar o grande perigo que são os conservadores-restauradores: “o mal dos repintadores é nulo”, pois “um técnico hábil pode eliminar o que foi acrescentado”.

Director do Mestrado em Conservação e Restauro do Instituto Politécnico de Tomar.